Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

EDUCAÇÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO CIDADÃ: possibilidades de análise a partir do livro didático de Geografia

Alana Rigo Deon
alanardeon@gmail.com

Doutoranda em Educação nas Ciências, UNIJUI. Professora da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. Endereço: Rua Santos Dumont, 244. Centro. CEP 99660-000. Campinas do Sul/RS

Helena Copetti Callai
copetti.callai@gmail.com

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Humanidades da Unijui. Bolsista PQ/CNPq Nível 1 D. Endereço: Avenida Pindorama, 103. Bairro Lulu Ilgenfritz. CEP 98700-000 Ijuí/RS.

RESUMO

Discutir como o conceito de cidadania está presente no Livro Didático de Geografia é objetivo de pesquisa. Partimos do entendimento de que a educação escolar é uma possibilidade de inserção dos sujeitos no mundo da vida, a partir da construção de conhecimentos conceituais. Busca-se elucidar esse entendimento a luz da discussão é teórica e documental, pois faz referência às políticas públicas do Livro Didático de Geografia, com especial atenção ao PNLD e tem como base da análise o material produzido na avaliação do Livro Didático – Ensino Médio, e das resenhas apresentadas no Guia 2015. Metodologicamente para escolha e análise das coleções nos baseamos em Pontuschka, Paganelli, Cacete (2009). Assim, interpretamos como a perspectiva da cidadania está presente nos livros didáticos, considerando as metáforas dos ocultos, invisíveis e visíveis. A força dessa análise está centrada na argumentação de que o conhecimento proporcionado pela educação escolar aliada à disciplina de Geografia pode ser um meio para busca da igualdade social.

PALAVRAS-CHAVE

Cidadania. Ensino Médio. Geografia. Livro Didático.

SCHOLAR EDUCATION AND CITIZEN DEVELOPMENT: possible analysis on the geography ditactic book

ABSTRACT

To discuss how the concept of citizenship is present in the Geography Didactic Book is the main goal of this research. Therefore, we start from the premisse that scholar education is a possibility of insertion of individuals into the world of life, through the construction of conceptual knowledge. The search to enlighten this is theoretycal and documental on public policy, on the PNLD, and on the Guide 2015 reviews, all in reference to Geography ditactic book – High School - for analysis basis. The choice of the collections followed the methodology of Pontuschka, Paganelli, Cacete (2009). From these resources we understand the perspective of citizenship shown, considering the metaphors of the occult, the visible and the invisible. This analysis is focused on arguing that knowledge provided by scholar education and the Geography subject together might represent a path towards social equality.

KEYWORDS

Citizenship. Geography. High School. Didactic book.

Introduzindo a discussão

A cidadania tem sido motivo de discussão no contexto da educação escolar, e no caso da Geografia nos interessa, neste artigo, questionar como esse conceito se apresenta nos livros didáticos do Ensino Médio, da referida disciplina. A questão fundamental está conectada com a formação dos sujeitos críticos e reflexivos para o mundo atual, e nesse sentido nos ocupamos acerca da reflexão das possibilidades da Geografia escolar ser uma indutora ou, pelo menos, um dos caminhos dessa formação. A escolha do objeto para a argumentação se insere no contexto das pesquisas que analisam o Livro Didático, tendo em vista a importância desse material para uso em aulas na escola de educação básica.

Com este intuito apresentamos no texto a discussão a respeito do nosso entendimento de educação e em particular, da educação escolarizada, seguindo uma rápida referência acerca das políticas públicas do Livro Didático de Geografia, com especial atenção ao PNLD considerando a sua constituição como Política de Estado para a educação, mas tendo como base da análise o material produzido na avaliação do Livro Didático – Ensino Médio, a partir das resenhas apresentadas no Guia 2015, considerando aspectos da metodologia com base em Pontuschka, Paganelli, Cacete (2009). A análise

considera a perspectiva da cidadania com a metáfora de invisíveis/ ocultos e visíveis no Livro Didático de Geografia do Ensino Médio.

Partimos do entendimento de que a educação é a forma de inserção dos sujeitos no mundo da vida e a escola tem um papel fundamental nesse processo. Desde o início da escolarização, a criança é apresentada ao mundo e o mundo é apresentado a ela, através do trabalho mediado pelo professor nas diversas disciplinas com suas especificidades. Os conhecimentos produzidos pela humanidade constituem-se em saberes que são universais e, a Geografia, na sua especificidade científica atende as demandas postas pela sociedade e tem avançado e construído as interpretações do mundo, enquanto um saber elaborado cientificamente. A par da produção da ciência geográfica, também a Geografia escolar tem suas singularidades e a sua construção como disciplina escolar tem os mesmos fundamentos epistemológicos da ciência que lhe dá origem. Neste sentido, o material didático tem as marcas da ciência e do mesmo modo a Geografia escolar tem significativa influência na produção cientifica acadêmica.

De outra parte, entendemos que cabe à educação escolarizada oportunizar o acesso das crianças e jovens ao conhecimento que a humanidade tem produzido, realizando a sistematização dos saberes existentes e estimulando o aluno a desenvolver o pensamento, fazendo o exercício da reflexão. Por outro lado, os homens têm em si e trazem consigo a história das suas vidas e dos grupos sociais dos quais fazem parte, carregados de saberes da sua vida cotidiana. Esses conhecimentos prévios somados aos conhecimentos adquiridos ao longo de suas aprendizagens, configuram um processo educacional que permite produzir a humanidade dos sujeitos.

Este é, portanto, o potencial do trabalho escolar que se efetiva no cotidiano em que vivemos, pois a educação é um ato intencional e com propósitos definidos e, nesse sentido, o processo educativo escolar se reporta. No contexto deste artigo, ao olhar de como o professor desenvolve o seu trabalho, tendo como sustentação o uso do Livro Didático. Ainda, é importante referir que na medida em que os adultos (e a escola) apresentam o mundo para as crianças e aos jovens, esses tem a oportunidade de ir aprendendo a serem humanos e a serem sujeitos na relação com os outros. O olhar do outro, portanto, é sempre necessário para a formação do eu que se constitui nas subjetividades de cada sujeito. Esse outro vive também nos lugares, ocupa e produz espaços que são resultados dessas relações. E, neste sentido importa reconhecer que na relação com o outro e os espaços também educam.

Compreender essa realidade significa ter acesso aos conhecimentos, e no contraponto da vida comum é importante considerar que os conhecimentos da vida

prática assumem papel significativo na produção do saber que é singular, mas que acontece na contrapartida da convivência com o outro. E nesse contexto, os conhecimentos científicos são o vetor que pode estabelecer os parâmetros para a construção dos saberes e, para isso é importante o professor estar atento de modo a ter efetividade no uso de meios para encaminhar o processo de ensinar e de aprender.

Os conteúdos que a ciência produziu e que devem ser disponibilizados a todos, sustentado no direito à educação, possibilita a que se transformem em ferramentas intelectuais através do seu acesso, transformando-se em um conhecimento que é poderoso (YOUNG, 2007). Este é um passo fundamental para o sujeito ser cidadão numa sociedade republicana, na qual todos devem ter acesso aos mesmos direitos para viver com dignidade. A cidadania é, portanto um aspecto importante relacionado à dimensão política da educação e tem papel significativo na escola, pois que a mesma (a cidadania) é uma dimensão ética fundamental, forjada na relação social entre os sujeitos envolvidos com o processo educacional.

Com referência à educação escolarizada, os discursos atuais remetem a uma busca incessante de construção de uma sociedade igualitária, republicana e cidadã com respeito à população para ter vida digna, e que isso pode acontecer através do conhecimento oportunizado pela escola. A cidadania e a formação para ser cidadão neste contexto, têm se caracterizado como proposição das políticas públicas de educação, no entanto, muitas vezes restrita a discursos e a pouca efetividade.

E, importa referir que a questão da cidadania se constitui como aspecto fundamental, escrita em lei, e, a proposição de educar para a cidadania está presente em todos os documentos das políticas para a educação[1]. A política do Livro Didático, assume, talvez indiretamente, a organização do currículo a partir dos conteúdos a serem abordados nas salas de aula da educação básica brasileira. Nos adiantando ao que será abordado posteriormente neste texto, pode-se considerar que motivos ocultos permeiam todo o processo, dando visibilidade e/ou tornando invisíveis interesses àquilo que importa estrategicamente e politicamente.

[1]No Brasil, são exemplo disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9394/96), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica - DCN (2013), os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1999) e as Orientações Curriculares Nacionais – OCN (2006). Como parte dessas políticas também está o PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, que baliza a produção, avaliação e distribuição dos livros didáticos.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o seu Processo de Produção

O PNLD atual resulta de um processo de amadurecimento e consolidação desde 1985, mas como política interessada no Livro Didático faz parte de um longo caminho histórico que teve início em 1930[2]. Essa política orienta o processo de produção do livro e também oportuniza a escolha do mesmo, a partir da apresentação da obra didática e avaliação da comunidade escolar. O programa tem também, como tarefa, organizar a distribuição dos livros selecionados pelas escolas de todo o país. Com o livro escolhido e recebido gratuitamente, o professor tem acesso aos conteúdos, às orientações didático-pedagógicas que podem subsidiar o seu trabalho em sala de aula. É importante ressaltar que vários autores (CAVALCANTI 2016; CALLAI, 2011, 2014, 2015, 2016; CALLAI E CASTELLAR, 2015; CASTELLAR, 2003) atualmente, tem discutido acerca do Livro Didático como sendo o principal recurso utilizado na educação básica das escolas públicas brasileiras.

A base da reflexão apresentada neste artigo ocorre a partir do Guia do PNLD (2015) e seu Edital (2013) para o Ensino Médio[3], sendo esse que estabelece princípios, critérios e normas para a avaliação do livro em todas as áreas do conhecimento. O interesse aqui é discutir o livro do componente curricular da Geografia. No Guia do PNLD (2015) estão indicadas as intenções do Programa, que tem aportes financeiros significativos e atinge uma grande parcela da população – que são os professores e os alunos de todas as escolas públicas do território nacional. Destaca-se que, ao nosso entendimento, também afeta as famílias desses alunos, uma vez que, muitas vezes é o único livro que entra na casa desses estudantes, além da Bíblia Sagrada que muitas famílias têm acesso e como tal o costume de usar.

Para fins de explicitação destaca-se que o parâmetro orientador do PNLD é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 9.394/1996 – que estabelece quatro finalidades para o Ensino Médio, nível da educação básica que estamos referindo aqui:

> I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a

[2] Segundo dados disponíveis no site do FNDE o PNLD é um processo longo que inicia com o lançamento do edital. Este ocorre em ciclos trienais alternados para cada etapa da educação básica, anos iniciais, anos finais e ensino médio. Após há a inscrição por parte das editoras interessadas. As obras inscritas passam pelo processo de triagem, realizado pelo Instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo e pela avaliação pedagógica feita por técnicos contratados pelo Estado. As obras aproadas constam no Guia do Livro Didático para a escolha dos professores nas escolas, que fazem o pedido das mesmas.

[3]A Pesquisa foi realizada a partir desses documentos por estarem acessíveis consulta e reflexão.

> preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 2013, p.37).

Considerando o ponto de vista expresso nas intenções dessa política, o Edital do PNLD (2015) contempla a preocupação em atender as finalidades previstas para o Ensino Médio, e por isso, o LD enquanto recurso de apoio para o desenvolvimento educativo precisa "assegurar tanto o trabalho com eixos cognitivos comuns as áreas do conhecimento quanto a inserção e articulação das dimensões de ciência, cultura, trabalho e tecnologia no currículo desta etapa da educação básica" (BRASIL, 2013, p.39).

De acordo com o Edital do PNLD, a Geografia do Ensino Médio possui como atribuição aprofundar os conceitos geográficos estudados no ensino fundamental, por isso é importante, que os alunos consigam

> localizar, compreender e atuar no mundo complexo, problematizar a realidade, formular proposições, reconhecer as dinâmicas existentes no espaço geográfico, fundamentando-se em um corpo teórico-metodológico baseado nos conceitos de natureza, paisagem, espaço, território, região, rede, lugar e ambiente, incorporando, também, dimensões de análise que contemplam tempo, cultura, sociedade, poder e relações econômicas e sociais. Essa fundamentação deve ter como referência os pressupostos da Geografia como ciência que estuda as formas, os processos, as dinâmicas dos fenômenos que se desenvolvem por meio das relações entre a sociedade e a natureza, articulando-se os fenômenos e considerando as dimensões local, regional, nacional e mundial. É importante, também, dominar as linguagens gráfica, cartográfica e iconográfica para reconhecer as referências e os conjuntos espaciais, e compreender o mundo articulado ao lugar de vivência do aluno e ao seu cotidiano (EDITAL PNLD 2015 – ENSINO MÉDIO, p.51).

Com essa proposição de Geografia para o Ensino Médio, importa dizer que o Livro Didático é um material que oportuniza a leitura e a informação de temas, que além de serem de conteúdos próprios da disciplina escolar, são questões da realidade e do mundo atual. Desse modo, através dos conteúdos da Geografia, o aluno pode ter elementos para compreender o mundo e seus processos de transformação, tendo como referência as relações dos homens entre si e a partir daí num âmbito social; (quer dizer a partir dos grupos sociais em que se organizam), desenvolverem a relação com a natureza, considerando nessa complexidade a transformação do espaço geográfico.

Entendemos que, se esses conteúdos forem trabalhos de modo a que o estudante reconheça que está aprendendo teórica e conceitualmente e é significativo para a sua vida, a Geografia estará cumprindo o seu papel social de formação para a cidadania. A especificidade deste nível da escola básica (EM) exige, portanto, que se tenha atenção com os eixos cognitivos das áreas do conhecimento (apresentados nas pospostas das orientações públicas) e a interligação destes com a vida comum dos alunos para que de fato se produza um conhecimento significativo. Sob este viés, o PNLD considera que a qualidade dos livros e dos conteúdos nele expressos é questão fundamental para a cidadania no processo educativo escolar.

A força dessa análise está centrada na argumentação de que o conhecimento pode ser o meio para busca da igualdade. Aquele que tem acesso ao conhecimento assume na sua vida um outro patamar para compreensão da realidade em que vive, e para entender o cotidiano não é resultado natural, mas construído socialmente. Como tal é historicamente situado (porque é produto social) o conhecimento apresentado aos alunos, assim como o contexto no qual estes alunos têm acesso a essa produção de modo que possam elaborar o seu entendimento do mundo. Ser cidadão, é ter consciência do mundo em que vive e para tal o conhecimento é fundamental.

A Caracterização da Cidadania no Livro Didático de Geografia a partir das Resenhas do PNLD 2015

A discussão que desenvolvemos acerca da cidadania no Livro Didático de Geografia para o Ensino Médio torna-se importante por dois aspectos. Um diz respeito a temática educação para a formação cidadã que é recorrente em nossas pesquisas, (CALLAI e MORAES, 2014, CLAUDINO e HORTAS (2015), GARCÍA-PÉREZ, MORENO-FERNÁNDEZ e RODRÍGUEZ-MARTIN (2015), CALLAI, CAVALCANTI, LASTÓRIA, SOUZA (2015), BORGHI, MINGUZZI (2015). Refere-se também ao fato de que este é um dos conceitos considerados como critério geral da avaliação pedagógica, realizada pelo PNLD, seja nos livros da Geografia, seja constituindo como comum a todas as áreas do conhecimento. Nesse sentido, analisamos nesse item, como as resenhas dos LDs escolhidos para a análise e interpretação tratam da questão da cidadania.

As resenhas que compõem o Guia do PNLD 2015[4] buscam apresentar as principais características das obras aprovadas, auxiliando os professores na sua escolha.

[4]No PNLD (2015), segundo dados disponíveis no Guia de Livro Didático foram aprovadas 18 coleções das 20 inscritas. Dessas, 18 foram do Tipo 1 (Obra multimídia composta de livros digitais e livros impressos) e duas do Tipo 2 (Obra impressa, acompanhada de versão em pdf).

A sua estrutura se divide em: visão geral da obra, que apresenta a totalidade e as partes da coleção; descrição, que apresenta a organização dos conteúdos e unidades; análise, que apresenta as abordagens teórico-metodológicas e pedagógicas adotadas pela coleção, e o item em sala de aula, que aborda as limitações e possibilidades para o trabalho da coleção no contexto educativo.

No processo de análise e avaliação das obras pelas comissões, consta na ficha de avaliação a abordagem da cidadania como um item, ressaltando o aspecto pedagógico do cuidado que as coleções devem ter com as questões que envolvem o "Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental" e "Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano"[5]. Em resumo, percebe-se, na política do PNLD, a preocupação com o tema cidadania, objetivando formar um sujeito cidadão crítico e reflexivo para a vivência no mundo atual.

O conceito de cidadania é objeto de reflexão de várias ciências e também de disciplinas escolares. Entre os autores que abordam a temática está Carvalho (2015) para quem a cidadania é o exercício pleno dos (três) direitos: civis, políticos e sociais[6]. Esse conjunto de direitos aliados aos deveres garantem ao cidadão a participação e a responsabilidade com a vida em sociedade. O autor adianta que o "cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Os cidadãos incompletos seriam aqueles que possuíssem apenas algum dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos não seriam cidadãos" (Ibidem, p. 15). Por isso, considera que a escola é a instituição que possui como atribuição ensinar os direitos e deveres de cidadania, para que os cidadãos possam conhecê-los e reivindicá-los.

É neste sentido que a construção do conhecimento para a formação cidadã é responsabilidade da escola. Consideramos que essa instituição assume, assim, um papel fundamental pois, se constitui como "lugar social de aprendizagens intencionadas e sistemáticas", (MARQUES, 1995, p.10) cabendo a ela, oportunizar aos alunos o acesso ao conhecimento que a humanidade produziu ao longo do tempo. Dessa forma, a intenção é de na escola, oferecer aos alunos ferramentas teóricas e intelectuais para que possam ler e entender a realidade e assim criar as possibilidades para exercerem sua cidadania.

[5]Citação presente na ficha de avaliação do PNLD 2017.

[6] A cidadania em sua tríplice dimensão foi proposta por T. A. Marshall, autor que desenvolveu a teoria da cidadania na Inglaterra. Para este autor primeiro vieram os direitos civis, no século XVIII. Depois no século XIX vieram os direitos políticos e somente no século XX foram conquistados os problemas sociais.

A Geografia neste contexto, apresenta-se como disciplina fundamental para a formação cidadã, pois a partir de seus conceitos e categorias analíticas permite aos alunos construir teoricamente a sua interpretação do mundo. Para Callai (2013), fazer a análise geográfica do mundo a partir de conceitos possibilita a realização de aprendizagens significativas, através da educação geográfica. Assim, consideramos que os conceitos são ferramentas intelectuais para desenvolver a reflexão e os conceitos que balizam essa disciplina de Geografia permitem fazer a reflexão sobre o mundo da vida, sendo esse um dos caminhos para a formação cidadã.

Remetendo ao Livro Didático, este apresenta os conteúdos específicos da disciplina e os mesmos propiciam aos alunos o acesso ao conhecimento da sua realidade na interpelação com o que ocorre no mundo. Tendo clareza de que os currículos e os conteúdos disciplinares são sempre pautados e como tal passam por escolhas eles nunca são neutros, mas sempre politicamente interessados. Neste contexto insere-se a nossa intenção em analisar como ocorre a abordagem da cidadania nos materiais didáticos, uma vez que este conceito faz parte dos critérios da avaliação das obras.

Na busca deste entendimento, investigamos três livros didáticos, todos aprovados pelo PNLD 2015 – Ensino Médio e que foram distribuídos nas escolas, tendo, portanto, garantido o acesso aos alunos para uso na aula de Geografia e, igualmente, o acesso do professor. Para desenvolver essa reflexão foi considerado o manual do professor e as resenhas do Guia do Livro Didático (2015). A tarefa de fazer a análise está assentada numa proposição metodológica baseada em Pontuschka, Paganelli, Cacete (2009).

1. **Seleção dos livros**: Livros aprovados pelo PNLD 2015 (3 livros de coleções e anos diferentes). Em geral não são as coleções mais adotadas pelas escolas segundo os dados estatísticos do referido PNLD.
2. Caracterização dos livros: Os livros foram caracterizados a partir da estrutura das resenhas presentes no Guia de Livros 2015 – "Visão geral", "Descrição", "Análise", "Em sala de aula". Nesse sentido, foram verificadas as indicações desses itens para o trabalho com a cidadania em sala de aula.
3. **Análise de imagens que remetem a categoria Cidadania** – Os livros foram analisados como um todo. Mas optou-se pela interpretação mais profunda de imagens "porque podem complementar os textos; podem interagir com eles, sendo parte integrante de seu conteúdo, e podem ainda ser empregadas em atividades em que sejam solicitadas aos alunos reflexões sobre paisagens ou localidades quaisquer." (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2009, p.345).
4. **Conceitos geográficos estruturantes** – Conceitos que orientam a construção do conhecimento geográfico a partir dos conteúdos do livro.

Quadro 1: Critérios para Análise dos Livros
Fonte: Deon; Callai (2017) com base em Pontuschka, Paganelli e Cacete (2009)

Os aspectos considerados, no quadro acima, foram importantes para verificar qual a intenção apresentada nas obras, seja para dar conta de cumprimento do regramento posto pelo Edital, seja na consideração aos princípios e caráter da Geografia escolar. A caracterização geral de aspectos significativos abrem a apresentação de cada uma das Coleções citadas aqui.

Na obra **Conexões: Estudos de Geografia Geral e do Brasil** é proposto o estudo do espaço geográfico em uma perspectiva de multiescalaridade, do local para o global, do global para o local, sendo tal perspectiva baseada nos estudos da complexidade de Edgar Morin[7]. Também há preocupação com a questão interdisciplinar, apontando como os conceitos de outras áreas do conhecimento podem contribuir para pensar a Geografia.

A obra referida, no intuito de possibilitar essa inter-relação, apresenta um espiral de aprendizagens significativas, orientando o trabalho do professor em cada unidade, na busca de tornar o aluno sujeito do processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, o livro busca fazer uma conexão entre as diversas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, no sentido de dar suporte para o aluno entender as questões do mundo. Para os autores desta obra é preciso refletir, questionar a partir dos conceitos geográficos como forma de "pensar o mundo a partir do conhecimento produzido pela Geografia" (TERRA, ARAÚJO, GUIMARÃES, 2013).

[7] A teoria da complexidade de Edgar Morin traz em seus pressupostos teóricos a ideia de totalidade que compreende aquilo que é tecido junto e se opõe ao pensamento simplificador, sistêmico, analítico e fragmentário.

No que se refere a questão da cidadania, o livro ressalta importantes discussões sobre o tema, apresentando um item chamado perspectiva cidadã. O item é apresentado em cada uma das unidades do material e busca aprofundar algum tema discutido no capítulo**.** Os textos da perspectiva cidadã são trabalhados em cada unidade como eixo transversal e seguem o desenvolvimento do conteúdo dentro do capítulo, aprofundando o texto principal. Tais textos têm como propósito fazer os alunos refletirem e desenvolverem a sua análise sobre as questões sociais.

Ocorre que, para além do item perspectiva cidadã, outras discussões que envolvem as questões sociais, éticas, culturais, raciais, de gênero ou mesmo ambientais são muitas vezes invisíveis ou mesmo ocultadas neste LD. Quando não se reconhece essas dimensões, ou não se provoca a discussão, há um encaminhamento para naturalização de aspectos o que não contribui para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, e nesse aspecto, fragiliza a formação cidadã.

Outra obra considerada **Geografia: A dinâmica do espaço geográfico**, tem preocupação com a apresentação dos conteúdos e atividades que contemplem a apreensão dos conceitos geográficos. A sua dimensão teórico-metodológica está pautada na análise sistêmica, e, busca trabalhar de forma integrada os aspectos socioambientais do espaço, valorizando os conhecimentos prévios dos alunos e também a interdisciplinaridade, o que permite à Geografia um trabalho conjunto com outras áreas do conhecimento.

Os recursos pedagógicos propostos pela coleção têm como pressupostos básicos a formação profissional para o trabalho, para o exercício da cidadania e o desenvolvimento da autonomia intelectual, ética e também o raciocínio crítico. Dessa forma, para instigar tal pressuposto, aborda o espaço como conceito principal e suas categorias de análise são: natureza, paisagem, espaço, território, região, rede, lugar e ambiente. A coleção ainda traz questões importantes a serem discutidas sobre a realidade brasileira e que perpassam a diversidade ética e sociocultural, contextualizada a partir do republicanismo no diálogo com as diferenças.

No que se refere à cidadania, o livro não apresenta um item especifico que discuta a questão, mas apresenta itens que fazem menção a temática como: **Um passo além**, com textos complementares à discussão do capítulo; **O que você vê, você sente**; **Afinando o olhar** com imagens que fazem refletir sobre uma determinada situação exposta (normalmente aliada a discussão do capítulo ou unidade). Nesse sentido, faz pensar em estratégias sociais, fazendo menção ao empoderamento das mulheres e as desigualdades de renda em relação ao gênero.

A obra **Novo Olhar: Geografia**, se propõem superar a perspectiva tradicional de ensino, pautada em um caráter de memorização e descrição. Para isso, trabalha de forma articulada com os temas sociedade e natureza, considerando o conhecimento do cotidiano e das vivências dos alunos. Os conteúdos trabalhados têm por objetivo a construção do conhecimento primando pela reflexão e a capacidade de pesquisa. Os pressupostos teórico-metodológicos da coleção são sustentados pela teoria da aprendizagem significativa de Ausubel[8] e também pautados em uma abordagem interdisciplinar, apresentando temas transversais com vistas a desenvolver habilidades e competências que ultrapassam as fronteiras disciplinares em seus conteúdos e atividades.

A coleção possui como conceitos estruturantes o espaço geográfico, baseado na teoria de Milton Santos, a paisagem, o lugar, território, escala, globalização, técnicas e redes. Os conceitos são trabalhados juntamente com os conteúdos, categorias de análise (escala de análise) e temas que são considerados os pressupostos para a cidadania, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Estes pressupostos são encontrados em itens como: **Contexto Geográfico: Ponto de Vista, Explorando o tema; Ampliando seus conhecimentos, Expandindo o Conteúdo** que discutem questões sobre migração, xenofobia, lugar da mulher na sociedade, pluralidade cultural brasileira, problemas urbanos (transportes de baixa qualidade, saneamento básico), desigualdade socioeconômica, modernização desigual do espaço rural brasileiro.

Nesse aspecto, todas as temáticas apresentadas pelos livros, algumas de modo geral, outras de forma específica, contribuem para pensar a formação para a cidadania. O quadro a seguir, Quadro 2, traz a síntese das informações de cada obra didática analisada, de forma a tornar melhor a observação dos livros.

[8]A teoria de David Ausubel se refere aquele conhecimento que precisa fazer sentido na vida do aluno. Pressupõem o respeito aos saberes prévios dos alunos. Para o autor (1963, p.58 apud MOREIRA 2011) "a aprendizagem significativa é o mecanismo humano, por excelência, para adquirir e armazenar a vasta quantidade de ideias e informações representadas em qualquer campo do conhecimento"

Obra 1: **Conexões Estudos de Geografia Geral e do Brasil**			
Conceitos Estruturantes	***Categorias de Análise***	***Abordagem teórico-metodológica***	***Interfaces com a formação cidadã***
Espaço geográfico	Tempo, Sociedade, natureza, fluxos, cultura	Perspectiva Crítica, Espiral de aprendizagens significativas Multiescalaridade Interdisciplinaridade, valorizando os conhecimentos prévios dos alunos.	Item "Perspectiva Cidadã"
Obra 2: ***Geografia: A dinâmica do espaço geográfico***			
Conceitos Estruturantes	***Categorias de Análise***	***Abordagem teórico-metodológica***	***Interfaces com a formação cidadã***
Espaço geográfico	Natureza, paisagem, espaço, território, região, rede, lugar e ambiente	Análise sistêmica: trabalha de forma integrada os aspectos socioambientais do espaço, valorizando os conhecimentos prévios dos alunos e também a interdisciplinaridade e a multiescalaridade.	Faz menção a temática em itens como: Um passo além, O que você vê, você sente; Afinando o olhar
Obra 3: ***Novo Olhar Geografia***			
Conceitos Estruturantes	***Categorias de Análise***	***Abordagem teórico-metodológica***	***Interfaces com a formação cidadã***
Espaço geográfico	Paisagem, o lugar, território, escala, globalização, técnicas e redes	Aprendizagem significativa de Ausubel. Busca superar a tensão entre teoria e prática.	Faz menção a temática nos itens - Contexto Geográfico: Ponto de Vista, Explorando o tema; Ampliando seus conhecimentos, Expandindo o Conteúdo

Quadro 2: Síntese das informações das obras didáticas analisadas
Fonte: Deon, Callai (2017)

A cidadania no Livro Didático de Geografia do Ensino Médio: os invisíveis/ ocultos e os visíveis

Consideramos, de outro modo, interessante verificar como esse conceito de cidadania aparece nos livros, e fazemos isso com base na análise de imagens contidas nos mesmos, que serão as chaves para a nossa interpretação. Iniciamos apresentando de

forma breve a definição de oculto, invisível e visível para indicar os caminhos que são trilhados para realizar esta análise. O invisível remete aquilo que é impossível de se ver, o que não conseguimos enxergar a olho nu. O Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (2008, p.490) define invisível como "que não se pode ver, ou que não se tem conhecimento". O sentido de oculto está relacionado com "1. Escondido, encoberto, recôndito. 2. Não manifesto, secreto" (Ibidem, p.588). Indo além, e utilizando-se gramática descritiva da língua portuguesa para a classificação dos sujeitos na oração diz-se que o sujeito oculto "ocorre quando o sujeito não está explicitamente representado na oração, mas pode ser identificado"[9].

Como exemplo de oculto no Livro Didático dizemos que o sujeito é ocultado quando ele está presente em uma dada discussão, através de imagens, textos, mas que não é discutido, ou aprofundado de modo a esclarecer os seus significados. Neste processo, ocorre a naturalização de certos problemas como preconceitos de um modo geral – diferenças étnicas, religiosas, de gênero, cultural, social, econômica, que tornam ocultas discussões aos olhos de quem estuda determinado tema.

Já, a visibilidade é tida quando as duas dimensões, do oculto e invisível, forem tratadas como possibilidade de análise e interpretação e discussão dos problemas sociais no LD (CALLAI; CASTELLAR, 2015). Sobre essa questão, as autoras entendem que a visibilidade dos problemas sociais na escola possibilita fazer relação entre os conteúdos científicos e os problemas cotidianos dos alunos. Portanto, o visível contribui para desencadear um processo de construção do conhecimento que permite pensar de forma crítica o mundo. Contudo, é importante destacar que o visível também se torna perigoso a partir do momento que produz determinadas concepções pautadas em interesses que se quer mostrar. Nesses casos, o sentido de perigo refere-se a revelar determinada questão seja através da crítica, seja pelo preconceito, induzindo a mostrar verdades pautadas em perspectivas ideológicas, por exemplo.

A análise nos LDs possibilita verificar como estão sendo propostas as discussões sobre os problemas sociais e o direito a ser diferente do padrão regrado pela sociedade, que classifica os princípios morais e éticos de acordo com suas intencionalidades. Para maior concretização da análise, trazemos exemplos de imagens de Livros Didáticos, que mostram como esse material pode contribuir para tornar visíveis ou invisíveis os sujeitos e torná-los reconhecidos e emancipados ou submissos socialmente.

[9]Definição disponível em: <http://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint7.php>.

Selecionamos as imagens a partir de categorias que transpassam os conteúdos do LDs, e também considerando a frequência de exposições que trazem como pano de fundo discussões sobre a cidadania. Assim, dentre as categorias que mais se fizeram visíveis na análise estão: 1. Exclusão Social (Condição Socioeconômica); 2. Problemas Urbanos; 3. Movimentos Populares. Estas categorias estão de acordo com as temáticas dos livros e perpassam as discussões de Geografia urbana, Geografia da população e globalização.

Entre os exemplos encontrados nos livros aqui considerados, destacamos as imagens a seguir, contempladas no livro **Conexões: Estudos de Geografia Geral e do Brasil**, em um capítulo que discute a transição para o capitalismo. A imagem apresenta uma mulher pedindo dinheiro na Praça Vermelha em Moscou [Rússia, 2010].

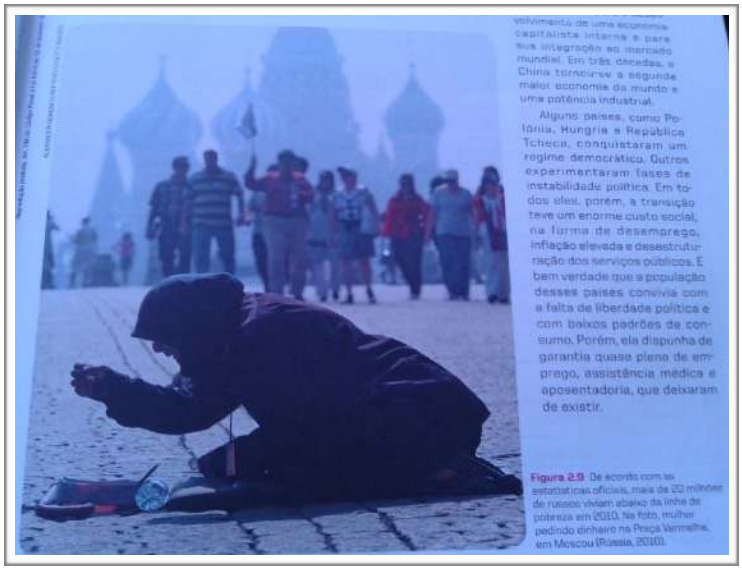


Figura 1 - Mulher Pedindo dinheiro na Praça Vermelha em Moscou
Fonte: Terra, Araújo e Guimarães, 2013, p.35

A imagem traz presente o problema da exclusão social, quando revela as condições socioeconômicas da população, principalmente em um capítulo que aborda as questões geopolíticas mundiais e as relações de poder implicadas no sistema capitalista. O que se percebe pela imagem e que caracteriza a exclusão social é o impedimento da participação plena dos cidadãos no exercício da vida social, econômica, ocasionada pela falta de recursos (pessoais, familiares, culturais) que torna distante o usufruto de um nível de vida adequado à sociedade em que vivemos. Neste sentido, pode-se destacar que a imagem indica que as dimensões da cidadania propostas

por Carvalho (2015) (civil, social e política), estão longe de serem compreendidas e tratadas em sua amplitude por grande parte da sociedade atual.

Ao refletir sobre a condição de ser cidadão, conforme apontado por Freire (2001), o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos (e sociais) de um Estado, a imagem traz um distanciamento entre as prerrogativas para ser cidadão no mundo atual e as condições reais dadas para que essa se torne verdadeira. Este é um dos retratos da realidade de grande parte das pessoas do mundo, devido a distribuição desigual de renda e bens propiciadas pelo sistema econômico dominante. Nesse contexto, essas pessoas são excluídas do seu direito de condições dignas de sobrevivência. A imagem mostra, portanto, a condição humana de sujeitos que não estão integrados na vida comum, e que são excluídos. A figura torna visível essa condição.

No entanto, avançando na reflexão constata-se que além da imagem, o capítulo é frágil na discussão mais aprofundada a respeito das questões sociais e econômicas que remetem à dimensão cidadã. A falta de um questionamento mais profundo acerca da realidade vivida por grande parte da população mundial, tal como apresentada, invisibiliza discussões que possam encaminhar a resolução dos problemas socioeconômicos. A imagem por si só mostra o problema, mas não há avanços na reflexão de modo a contribuir com a análise crítica da situação.

Outro exemplo, de exclusão social é retratado na cena de Jean Baptiste Debret, em um capítulo que discute o Território Brasileiro. A imagem representa a situação precária que viviam os negros escravizados no Brasil colonial e a sua subordinação para garantir o conforto dos seus proprietários, em um período no qual seu trabalho era a base da economia brasileira. Além de chamar atenção para o aspecto estético do quadro, é preciso o encaminhamento para discussões que levem a compreensão mais alargada dessa realidade de forma a mostrar como a inculcação de preconceitos e discriminação pela cor da pele (negros tidos como raças inferiores) ainda estão presentes em nossa sociedade.



Figura 2 - O jantar no Brasil – 1834 – 1839 - Jean Baptiste Debret
Fonte: Terra; Araújo; Guimarães, 2013, p.78

O quadro é muito significativo, e mostra uma realidade sem proposta de reflexão, ele apenas ornamenta o livro. É importante destacar que ao final do capítulo, não há discussões sobre o que aconteceu com os escravos após a abolição da escravatura, e nem sobre as condições que viviam naquela época, assim como não é feita alusão a condição de estratificação social que marca a história da população brasileira. No livro não há menção sobre as condições em que esse povo viveu após sua "libertação" (Lei Áurea - 1888), ou mesmo, se foram assistidos de algum direito ou dever, ou mesmo se esses lhes foram negados. Essa postura leva a entender que esse povo simplesmente foi ocultado da história, da mesma forma, que atualmente ainda está, mesmo que com níveis diferenciados de atenção (ou sua falta). Nesse sentido, conforme ressalta Peluso (2006, p. 127) ao desaparecer o sujeito da história, "elimina-se a discussão sobre a prática social do indivíduo [...] e não se possibilita ao aluno um olhar para problemas da dinâmica da sociedade [...]".

A imagem a seguir caracteriza distintas categorias: os problemas urbanos atrelados a exclusão social e está inserida em um capítulo sobre a "urbanização brasileira e seus problemas", do livro **Novo Olhar: Geografia** retratando a segregação socioespacial na cidade de São Paulo.



Figura 3 - Condomínio de luxo ao lado da favela de Paraisópolis, São Paulo -2013
Fonte: Martinez; García, 2013, p.165

A segregação está associada ao modelo econômico capitalista, pautado na lógica da globalização como perversidade (SANTOS, 2013), na qual grande parte das pessoas foram subordinadas a ocupar determinados espaços nas cidades de acordo com suas condições de renda. Esse processo se agravou com a industrialização, pois um grande contingente populacional passou a habitar o espaço urbano. Isso fez com que as cidades crescessem desordenadamente, segregando as pessoas espacialmente. O espaço urbano tornou-se fragmentado, determinado pelas condições socioeconômicas da população. Assim, quanto maiores as desigualdades sociais, maiores são as disparidades de moradias, de acesso aos serviços e de qualidade de vida. Nesta visão, a cidadania é diferenciada, é especifica para cada segmento da população. Existe cidadania diferenciada? Uma discussão a esse respeito tornaria visível a situação que se identifica com problemas sociais graves e compromete a vida humana para ser vivida com dignidade.

O embate entre as necessidades econômicas e sociais da população, coloca em xeque a função do Estado como agente normativo e regulador das atividades econômicas. Quanto mais a sociedade evolui em termos técnicos, mais desigualdades são geradas. Aquilo que seria para oportunizar uma vida mais digna torna-se um empecilho a partir da segregação social e para alguns, nas condições atuais, "ser cidadão", torna-se uma possibilidade cada vez mais remota, na medida em que o exercício pleno da cidadania é esvaziado de sentido e significado, tanto para os atores hegemônicos, como para o Estado.

Aliado a isso, ainda no que se refere aos problemas urbanos, o livro Novo Olhar Geografia, traz em uma unidade que trata das duas faces da globalização, o crescimento econômico e a desigualdade social, de forma a tornar visível o lado perverso desse modelo. O livro ressalta que o processo de globalização tem ampliado a tendência para a concentração de riqueza, ou seja, o velho ditado, os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. "Comprovam essa situação os seguintes números: na década de 1960, 20% das pessoas mais ricas do mundo concentram 30% da renda mundial; em 2009, esse mesmo grupo de pessoas detinha cerca de 71% de toda a renda do planeta." (MARTINEZ, 2013, p.72).

Esse fato tem agravado a pobreza e a miséria mundial, causado pelas desigualdades e estruturas de classes. A pobreza é a não consideração dos fatores básicos para a sobrevivência humana (alimentação, saúde, educação, habitação, etc), que garantem ao indivíduo uma vida digna e plena. Nesse contexto, a imagem a seguir trata dos problemas urbanos causados pela falta de planejamento do poder público, associado à questão socioeconômica da população. A renda é fundamental para o desenvolvimento e ao mesmo tempo ela é um dos aspectos potencializadores da pobreza urbana. A sua falta se agrava com a escassez de serviços públicos essenciais como: saneamento básico, água tratada e encanada, energia elétrica, coleta seletiva de lixo, educação, hospitais de qualidade e segurança.



Figura 4 - Moradias precárias em Mumbai, Índia, (2011)
Fonte: Martinez; Garcia, 2013, p.73)

Na mesma perspectiva das discussões acima, o livro **Novo Olhar: Geografia** na unidade sobre População Mundial retrata a vivência de grande parte da população dos países em desenvolvimento que, com o aumento da industrialização e consequentemente da urbanização, não veio acompanhada pela geração de postos de trabalho necessários para absorver a crescente demanda de mão-de-obra nos centros urbanos. Diante disso, uma grande parcela da população, sobretudo aquela com menor alfabetização e especialização, passou a sobreviver exercendo atividades de baixos rendimentos (camelôs, vendedores ambulantes, guardadores de carros, catadores de sucata) (MARTINEZ; GARCIA, 2013), como pode-se observar na imagem a seguir:

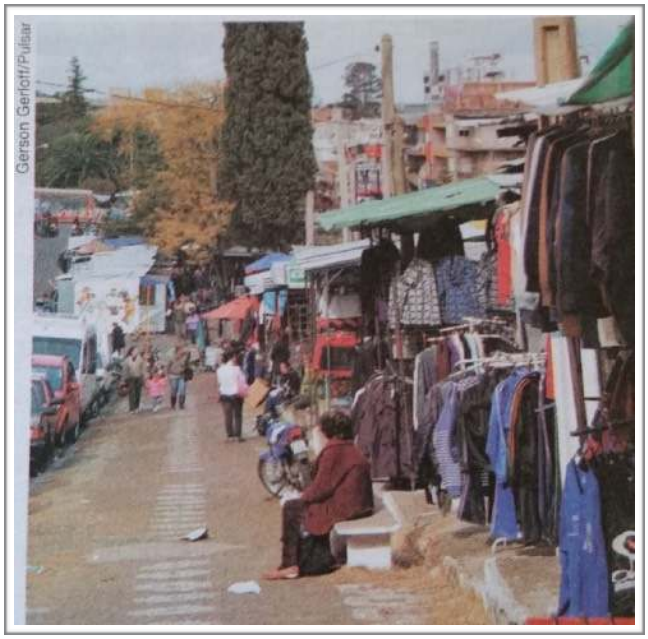


Figura 5 - Aumento da economia informal – Santana do Livramento- Rio Grande do Sul, 2011
Fonte: Martinez; Garcia, 2013, p.89

Neste contexto, devido ao enorme contingente populacional que as cidades vêm adquirindo, os direitos sociais vão ficando cada vez mais escassos, pois o Estado não consegue garantir à maior parte da população a participação na riqueza coletiva. Dessa forma, as imagens representam a falta de uma eficiente máquina administrativa, que se efetive na melhoria de vida de grande parte da população. E a informalidade tem sido a alternativa para muitas famílias, o que encaminha a maior degradação da própria vida e, em um sentido geral, torna-se um meio que boa parcela da humanidade encontra para conseguir "escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante" (SANTOS, 2013, p. 120).

No que se refere a categoria Movimentos Populares, a imagem a seguir caracteriza outras formas de reinvindicação pela distribuição igualitária do acesso à terra e está representada no livro **Novo Olhar: Geografia** na unidade sobre: Espaço agrário brasileiro. No livro, a imagem está relacionada com uma entrevista realizada com o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira sobre a necessidade de uma reforma agrária no Brasil. O entrevistado apresenta a sua visão e entendimento da questão fazendo duras críticas a condição de acesso à terra acentuando que, "É evidente que é função do Estado promover a redistribuição dessas terras através de programas de reforma agrária" (MARTINEZ; GARCIA, 2013, p.217). Isso posto como verdade (que não se discute, pois é o que acontece na realidade), no livro não é dado e nem proposto o passo adiante, que seria abrir, por exemplo, a possibilidade da discussão sobre as condições de vida das pessoas que vivem nestes assentamentos: Qual é o seu acesso à educação, saúde, segurança? Esses direitos são assegurados pelo Estado? Ou esse povo vive esquecido, marginalizado, relegado?

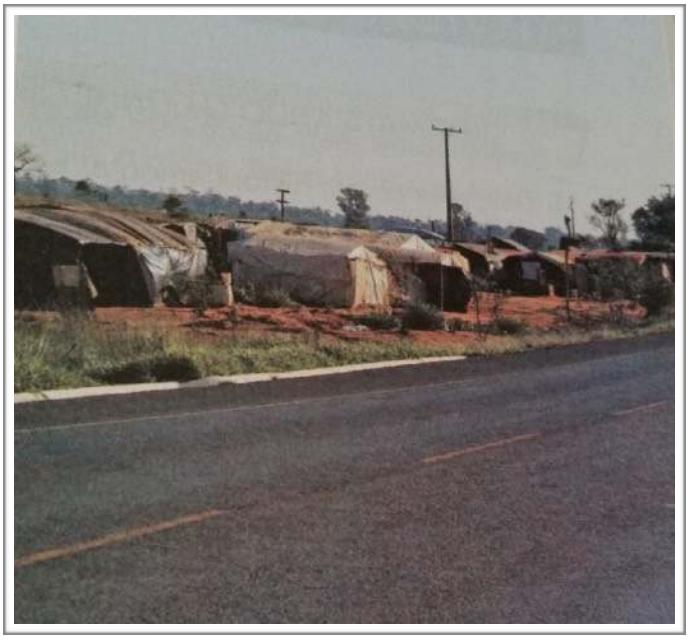


Figura 6- Acampamento dos sem-terra em Naviraí – MS, 2012
Fonte: Martinez; Garcia, 2013, p.217

Como pode-se constatar nestas obras que são os textos didáticos da aula de Geografia, as questões referentes à cidadania são abordadas, não há preconceito expresso e, assim há o cumprimento das regras estabelecidas no Edital. Aliás, é importante ressaltar que antes mesmo do processo de avaliação das coleções apresentadas pelas editoras, acontece uma triagem dos livros, momento em que verifica-

se o cumprimento do Edital. Assim, resulta que não existem gritantes problemas de negação das questões de cidadania, no entanto, nem todas as questões de cidadania são apresentadas, e embora o Edital seja cumprido, há o ocultamente e a invisibilidade de questões importantes ao não serem propostas discussões, nas atividades, no encaminhamento de reflexão de modo a propor a interligação com a realidade que o aluno conhece, por exemplo.

Isso denota a dificuldade de abordagem nos livros didáticos de questões que tem a marca da diferença, que vão além da homogeneidade, além das verdades da vida social e que são expressas no espaço geográfico que é construído historicamente. Assim, os exemplos selecionados a partir de análise no Livro Didático, reafirmam a ideia da superficialidade, da naturalização e da invisibilidade dos problemas sociais. Os exemplos que aparecem, muitas vezes, são apenas para cumprir a exigência do PNLD.

Considerações Finais

Ao final das interpretações e análises, percebemos que, por mais que os livros passem por um rigoroso processo de avaliação, ainda existem questões éticas, políticas e sociais que precisam ser revistas no processo avaliativo para dar qualidade conceitual às obras didáticas distribuídas nas escolas públicas. São muitas as questões que existem e são apresentadas nos livros quanto a construção da cidadania, mas carecem de aprofundamento, que possa permitir que a discussão entrelace os aspectos teóricos da educação geográfica com as questões da vida cotidiana.

Nesse sentido, os exemplos apresentados tornam-se superficiais, na medida que ocultam, invisibilizam ou tornam visíveis determinados pontos de acordo com os interesses que se quer expressar. Nessa abordagem, as imagens trazidas pelo LD não são neutras em seus sentidos e exposições. Ao não desafiar o senso crítico e perceptivo dos alunos a qual esses livros são destinados, a formação cidadã através da educação escolarizada ainda é um desafio, pois não permitem o entendimento que a cidadania é um direito que precisa ser aprendido e reivindicado.

É possível destacar diante da análise dessas obras, que são as mais bem indicadas e distribuídas nas escolas, que a cidadania da forma como está apresentada nos livros não tem sido posta como questão fundamental para a formação dos jovens no mundo atual, como apregoam as políticas educacionais oficiais. Na escola, os conteúdos propostos pelos livros têm sido os parâmetros que orientam o desenvolvimento das aulas

e as atividades a serem realizadas. Em muitas situações, o próprio livro é a única fonte de encaminhamento para o ensino, o que nos leva a indagar qual aprendizagem tem ocorrido efetivamente em sala de aula, haja vista os ocultamentos e invisibilidades presentes nos livros.

Referências Bibliográficas

BORGHI, Beatrice. MINGUZZI, Silvia. Educazione ala cittadinanza e i programmi curricular. La parola agli insegnanti dela scuola dell'infanzia e primazia.In: BORGHI, Beatrice. GARCÍA-PEREZ, Francisco. MORENO-FERNÁNDEZ, Olga. **Noví Cíves: Cittadíni´dall infanzia ín poí**. Bolonha: Pàtron Editore, 2015, p.89-101.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica**. Brasília MEC/SEB/DICEI, 2013, p.562p.

BRASIL, Secretaria da Educação Básica. **Edital de Convocação (01/2013) para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2015**. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: MEC, SEB, 2006. (Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; vol.3).

BRASIL. **Lei n° 9394-96, de 20 de dezembro de 1996**. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CALLAI, H. C. O Livro Didático no contexto dos processos de avaliação. **Revista Okara:** Geografia e Debate, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 273-290, 2016. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/31203/16316>. Acesso em: 22 nov. 2016.

CALLAI, H. C. CASTELLAR, S. M. V. La Geografía en la construccíon de la ciudadaná: Lo visible e invisible en el libro didáctico. In: CARRETERO, A. M. H.; RUÍZ, C. R. G.; CONCHIÑA, J. L. De La M. (Eds). **Una Enseñanza de las ciências sociales para el futuro:** Recursos para trabajar la invisibilidade de personas, lugares y temáticas. Espanã: Cáceres, 2015. p. 687-693.

CALLAI, H. C. Estudo do lugar e o Livro Didático no ensino e na aprendizagem em Geografia. In: CASO, M. V. F.; GUREVICH, R. **Didáctica de la Geografia**: prácticas escolares y formación de professores. Buenos Aires: Biblos, 2014.

CALLAI, H. C. MORAES, M. M. Educar para a formação cidadã na escola. In: XIII Colóquio Internacional de Geo Critica. 5-10 de maio de 2014, Barcelona. **Anais** do XIII Colóquio Internacional de Geo Critica: El control del espacio y lo espacios de control. Barcelona, 2014. p. 1-17. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Helena%20Copetti%20Callai.pdf>. Acesso em 10 fev. 2016.

CALLAI, H. C. **A formação do profissional da Geografia:** O professor. Ijuí: Unijuí, 2013.

CALLAI, H. C. (Org). **Educação Geográfica**: reflexão e prática. Ijuí, 2011.

CASTELLAR, S. M. V. O Livro Didático: contribuições para a sua utilização. In: **Revista Espaços da Escola**, ano 12, n. 48, p. 3-7, abr./jun. 2003.

CAVALCANTI, L. de S. Livro Didático em Geografia: Recurso/Suporte ao trabalho docente autônomo do professor ou apêndice da política educacional oficial. SPOSITO, Eliseu Savério et al (Org). **A diversidade da Geografia brasileira:** Escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2016. p. 323-342.

FERREIRA, A. B. de H. **Minidicionário de Língua Portuguesa**. 7° ed. Curitiba: Ed positivo, 2008.

FREIRE, P. **Política e educação**. 6° ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GUERINO, L. A. **Geografia**: a dinâmica do espaço geográfico. Curitiba: Positivo, 2013, v.1. (Ilustrações Cassiano Darela [et al])

MARQUES, M. O. **Aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência**. Ijuí, RS: Unijui, 1995.

MARTINEZ, R. GARCIA, W. P. Vidal. **Novo olhar**: Geografia. 1° ed, v.2, São Paulo: FTD, 2013.

MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa: um conceito subjacente. In: **Aprendizagem Significativa em Revista**. Porto Alegre, 2011, n.3, 1v. Disponível em:< https://www.if.ufrgs.br/~moreira/apsigsubport.pdf>. Acesso 10 out. 2017.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4° ed. Porto Alegre. Sulina, 2011.

PELUSO, M. L. O processo de avaliação do Livro Didático de Geografia, uma aposta no futuro. In: SPOSITO, M. E. B. **Livros de História e Geografia avaliação e pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

PONTUSCHKA, N. N. PAGANELLI, T. I. CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3° ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TERRA, L. ARAÚJO, R. GUIMARÃES, R. B. **Conexões: Estudos de Geografia Geral e do Brasil**. 1° v. 2° ed. São Paulo: Moderna, 2013.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 23° ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

YOUNG, M. F. D. Para que servem as escolas? In: **Educação e Sociedade**. Campinas. vol 08. N. 101, p.1287-1302, set/dez 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf >.Acesso 05 set. 2014.

Recebido em 01 de novembro de 2016.

Aceito para publicação em 02 de dezembro de 2017.